Como Escolher e Constituir um Advogado para o Preso

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 10/09/2025



Como constituir um advogado para o preso envolve escolher um profissional capacitado, formalizar a procuração, registrar junto à unidade prisional e garantir que o advogado tenha acesso ao detento para exercer a defesa legal de forma eficaz.

Como constituir um advogado para o preso pode parecer complicado quando o assunto é saber por onde começar. Você sabia que escolher o profissional certo faz toda diferença para a defesa e direitos do detento? Vamos destrinchar isso juntos para facilitar esse processo.

Entendendo o papel do advogado para o preso

O advogado para o preso exerce uma função fundamental para garantir que os direitos do detento sejam respeitados durante todo o processo penal. Ele atua como representante legal, defendendo o interesse do preso frente ao sistema judiciário e assegurando que o tratamento seja justo e conforme a lei.

Garantia da assistência jurídica

Desde o momento da prisão, o advogado deve oferecer assistência jurídica, orientando o preso sobre seus direitos e as etapas do processo. Essa presença é crucial para evitar

abusos, como prisões ilegais ou violação do direito à defesa.

Defesa técnica e estratégica

Além de preparar a defesa técnica, o advogado avalia as provas, indica testemunhas e utiliza os meios legais disponíveis para garantir o melhor resultado possível ao cliente. **Um bom advogado entende os detalhes do caso e atua com agilidade para proteger os interesses do preso.**

Intermediação com autoridades

O advogado também é responsável por comunicar-se com delegados, juíes e promotores, facilitando a troca de informações e garantindo que os procedimentos legais sejam cumpridos adequadamente em cada fase do processo.

Suporte emocional e orientação

Para o preso e sua família, o advogado pode ser um importante suporte emocional, explicando o que esperar e ajudando a lidar com a situação de forma mais tranquila e consciente.

Passos para constituir um advogado legalmente



Para constituir um advogado para o preso de forma legal, é necessário seguir alguns passos importantes que garantem a validade da representação jurídica. O primeiro passo envolve a escolha consciente do profissional, que deve estar devidamente inscrito na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Ficha de constituição e procuração

O próximo passo é formalizar a constituição do advogado por meio de uma procuração assinada pelo preso ou por seu representante legal. **Este documento é fundamental para que o advogado possa atuar legalmente em nome do cliente.** A procuração deve conter poderes específicos para que o profissional possa realizar atos como acompanhar audiências e acessar processos.

Registro junto à instituição prisional

Após a formalização da procuração, é necessário comunicar à direção da unidade prisional sobre a constituição do advogado.

Isso garante o direito das visitas e o acesso aos autos processuais, respeitando os prazos e regras estabelecidas.

Apresentação nas audiências

O advogado constituído deve se apresentar nas audiências e demais atos processuais como representante oficial. **Estar presente reforça a legitimação da defesa e a proteção dos direitos do preso.**

Atualização e comunicação constante

Mantendo contato regular com o cliente e atualizando as informações do processo, o advogado assegura uma defesa eficaz. Também é importante que os documentos e procurações estejam sempre atualizados para evitar impedimentos legais.

Critérios para escolher o melhor advogado

Escolher o melhor advogado para um preso exige atenção a critérios específicos que garantem uma defesa eficaz e humanizada. **O primeiro ponto é verificar a experiência do advogado** na área criminal, especialmente em casos similares ao do preso, pois isso indica maior conhecimento da legislação e das práticas judiciais.

Especialização e reputação

Além da experiência, é importante avaliar se o advogado possui especialização em Direito Penal e boa reputação no meio jurídico. Consultar avaliações, referências e antecedentes ajuda a assegurar a idoneidade do profissional.

Comunicação clara e acesso fácil

Um advogado que explica o processo de forma acessível e mantém

contato frequente com o cliente e familiares demonstra compromisso e transparência, o que é essencial para o acompanhamento do caso.

Atuação ética e empenho

A ética profissional e o empenho no caso são indispensáveis. Advogados que respeitam os direitos humanos e buscam todos os meios legais para defender o preso garantem uma atuação diferenciada e confiável.

Custo e condições de pagamento

Por fim, avaliar o custo dos honorários e formas de pagamento é fundamental para evitar transtornos financeiros. Muitos advogados oferecem condições adequadas conforme a situação do cliente.

Direitos do preso na assistência jurídica



O preso tem direitos garantidos referentes à assistência jurídica, que são essenciais para a manutenção da legalidade e da justiça no processo penal. Entre esses direitos, destaca-se o acesso imediato a um advogado, que pode ser escolhido pela própria pessoa ou, quando não houver possibilidade, a nomeação de um defensor público.

Direito à comunicação

É direito do preso comunicar-se com seu advogado sem que haja interferência ou violação de privacidade, salvo em situações específicas previstas em lei. Isso assegura uma defesa ativa e informada.

Confidencialidade da defesa

As conversas entre o preso e seu advogado são protegidas por sigilo profissional. O advogado não pode divulgar informações sem consentimento, garantindo que a estratégia de defesa seja preservada.

Acesso aos documentos do processo

O preso tem o direito de que seu advogado tenha acesso a todos os documentos e provas ligados ao processo. Isso é fundamental para preparar uma defesa adequada e responder a quaisquer acusações de forma eficiente.

Assistência integral e contínua

Além da nomeação do advogado, o preso deve receber assistência jurídica contínua durante todo o processo, incluindo durante audiências e recursos judiciais. A **garantia desse apoio evita nulidades e protege seus direitos fundamentais.**

Casos comuns e situações práticas de defesa

Na defesa de presos, existem casos e situações práticas que se repetem frequentemente, exigindo uma atuação rápida e precisa do advogado. Entre os casos mais comuns estão prisões em flagrante, pedidos de liberdade provisória e defesas contra acusações de crimes menores ou complexos.

Prisão em flagrante

Quando o preso é detido em flagrante, **o advogado deve agir imediatamente para garantir a legalidade da prisão** e solicitar a apresentação do cliente a uma autoridade competente, verificando se todos os direitos foram respeitados.

Pedidos de liberdade provisória

Em muitos casos, é possível requerer a liberdade provisória do preso enquanto o processo corre, mediante o cumprimento de certos requisitos legais. **O advogado prepara e fundamenta o pedido, ressaltando aspectos como bons antecedentes e condições pessoais.**

Defesa em processos complexos

Para crimes mais graves ou com circunstâncias específicas, o advogado constrói uma defesa detalhada, analisando provas e buscando inconsistências. O uso de perícias e testemunhas pode ser decisivo para o resultado do processo.

Atuação em audiências e recursos

Participar das audiências é indispensável para garantir os direitos do preso, assim como preparar recursos em caso de decisões desfavoráveis, acompanhando cada etapa do processo para proteger o cliente.

Considerações finais sobre a escolha do advogado para o preso

Escolher e constituir um advogado para o preso é um passo essencial para garantir uma defesa justa e eficiente. Seguir os critérios adequados e conhecer os direitos do preso fortalece a atuação jurídica.

O advogado deve agir com ética, dedicação e transparência, assegurando que o preso receba toda a assistência necessária durante o processo.

Com informações claras e atos legais corretos, é possível proteger os direitos do preso e enfrentar os desafios do sistema penal com mais segurança e confiança.

FAQ – Dúvidas frequentes sobre como constituir um advogado para o preso

O que é necessário para constituir um

advogado para um preso?

É necessário escolher um advogado inscrito na OAB e formalizar a procuração para que ele possa agir legalmente em nome do preso.

O preso tem direito de escolher seu advogado?

Sim, o preso tem o direito de escolher livremente seu advogado, ou, caso não tenha condições, um defensor público será nomeado.

Quais direitos o preso tem na assistência jurídica?

O preso tem direito à comunicação reservada com o advogado, acesso a documentos do processo e assistência jurídica contínua durante todo o processo penal.

Como escolher um bom advogado para o preso?

Avalie a experiência, especialização em direito penal, comunicação clara, ética no trabalho e condições de pagamento do advogado.

O que fazer se o advogado não puder visitar o preso na prisão?

É fundamental comunicar a direção da unidade prisional sobre a constituição do advogado para garantir o direito das visitas e acesso ao preso e aos autos processuais.

Quais são as etapas da atuação do

advogado na defesa do preso?

O advogado deve agir desde a prisão em flagrante, preparar defesas técnicas, solicitar liberdades provisórias, participar de audiências e apresentar recursos, sempre garantindo os direitos do preso.

Fale com um especialista